

BOLETIM INFORMATIVO

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL



EDITORIAL

08 DE MARÇO

ELAS NO TERRITÓRIO!

QUANDO A DESPROTEÇÃO SE
EXPRESSA EM VIOLÊNCIA

FEMINICÍDIO: A EXPRESSÃO
EXTREMA DA VIOLÊNCIA

RESPOSTAS NO TERRITÓRIO!

CANAIS DE DENÚNCIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

EDITORIAL

Março não pode ser apenas um mês de homenagens. Os dados revelam uma realidade que exige mais do que reconhecimento: **exige atenção, análise e ação**. Para a Vigilância Socioassistencial, este período demanda uma leitura crítica do território, orientada por evidências que expressam as condições de vida das mulheres no município.

Nesta edição, apresentamos um recorte sobre a presença das mulheres no SUAS, a partir de dados consolidados que evidenciam sua centralidade na organização familiar e sua forte incidência nos atendimentos da rede socioassistencial.

O boletim também aborda o enfrentamento da violência contra a mulher, reunindo informações da rede de atendimento e do sistema de justiça, com o objetivo de qualificar a compreensão do cenário local e subsidiar respostas mais efetivas no território.

08 de Março - Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher, celebrado em 08 de março, tem origem nas mobilizações de trabalhadoras no início do século XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, que reivindicavam melhores condições de trabalho, redução da jornada e direito ao voto. Oficializada pela Organização das Nações Unidas em 1975, a data se consolidou como um marco global de luta por direitos e igualdade.

Mais do que uma data comemorativa, o 08 de março representa a trajetória histórica de enfrentamento às desigualdades de gênero, reafirmando pautas como participação social, autonomia econômica e o direito a uma vida livre de violência.

Ao incorporar essa data, o boletim não apenas resgata sua dimensão histórica, mas reforça a necessidade de refletir sobre os desafios que ainda persistem na realidade das mulheres, especialmente no contexto local.

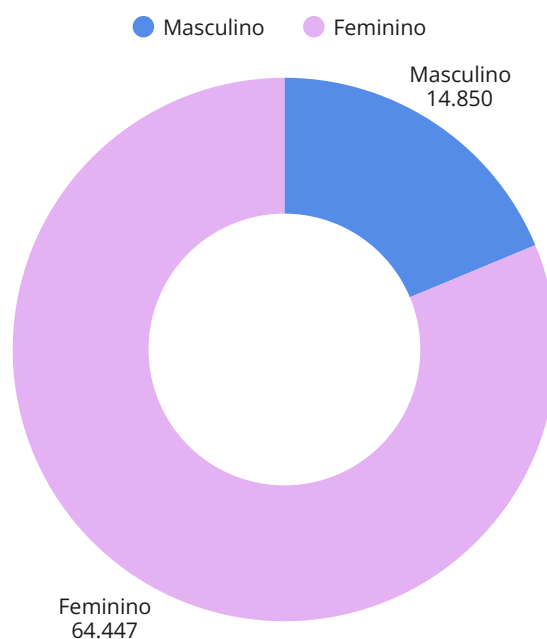
ELAS NO TERRITÓRIO!

De acordo com o CECAD (dezembro/2025), o público feminino representa a maior parte das pessoas cadastradas no município, 108.937 mulheres, frente a 72.575 homens. No recorte Responsável Familiar, a desigualdade se acentua: 64.447 mulheres, diante de 14.850 homens.

Esse cenário evidencia a centralidade das mulheres na organização das famílias e levanta uma questão: **até que ponto a proteção social está sustentada por mulheres em situação de desproteção social?**

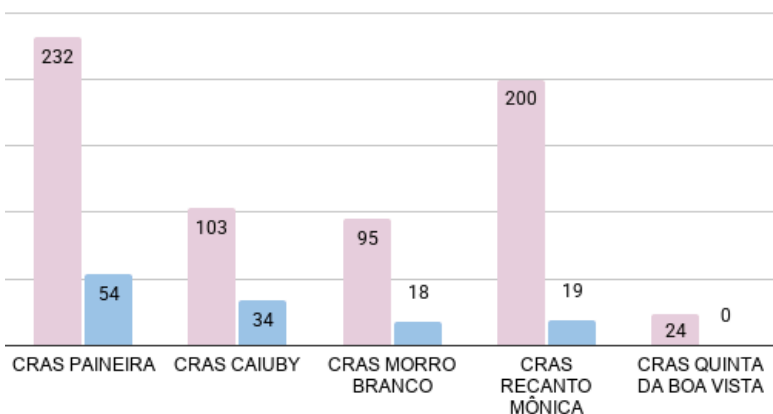
A presença feminina entre as responsáveis pode refletir não apenas autonomia, mas também a concentração das responsabilidades de sustento e cuidado, exigindo respostas articuladas entre as políticas de proteção social, saúde, educação e segurança pública.

Responsável Familiar



Atendimentos Coletivos

■ Total de Mulheres ■ Total de Homens



A análise do público atendido pelo CRAS em ações coletivas, oficinas e atendimentos em grupo evidencia uma presença maior de mulheres em todos os territórios. Do total de participantes, são 654 mulheres frente a 125 homens.

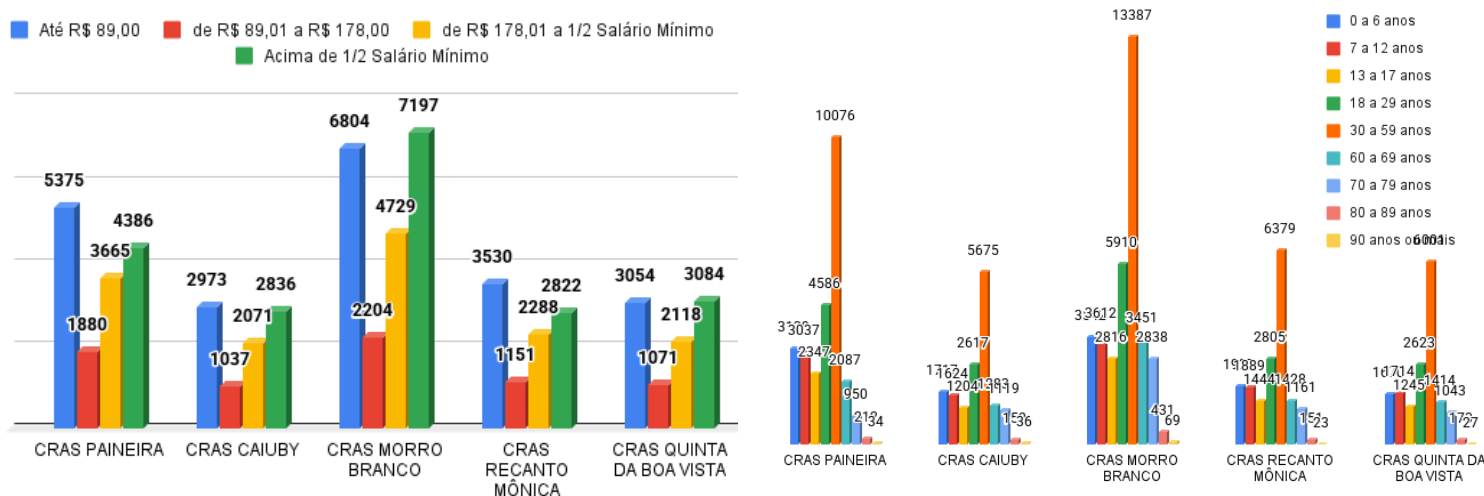
No entanto, essa predominância também levanta uma reflexão importante: **a baixa participação masculina pode indicar não apenas menor adesão às atividades, mas também uma possível distância dos homens**

em relação às estratégias de prevenção, convivência e fortalecimento de vínculos ofertadas pelo SUAS. Nesse contexto, questiona-se em que medida as ações desenvolvidas têm conseguido dialogar com o público masculino e quais estratégias podem ser adotadas para ampliar sua participação, considerando que o envolvimento dos homens também é fundamental para o enfrentamento das vulnerabilidades e, especialmente, das situações de violência no território.

ELAS NO TERRITÓRIO!

A análise da renda per capita das 64.447 mulheres identificadas como Responsáveis Familiares revela forte concentração nas faixas de menor rendimento. Do total, 21.804 possuem renda de até R\$ 89,00 por pessoa e 7.357 estão entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00.

Em relação à faixa etária, a maior concentração está entre 30 e 59 anos, com 41.633 mulheres, seguida pelo grupo de 18 a 29 anos, com 18.599 registros.



Os dados indicam que a maioria dessas mulheres está em idade economicamente ativa período em que se concentram responsabilidades relacionadas ao trabalho, à geração de renda e ao cuidado familiar. No entanto, mesmo inseridas nesse ciclo produtivo, permanecem majoritariamente nas faixas de menor renda, com distribuição presente em diferentes territórios do município.

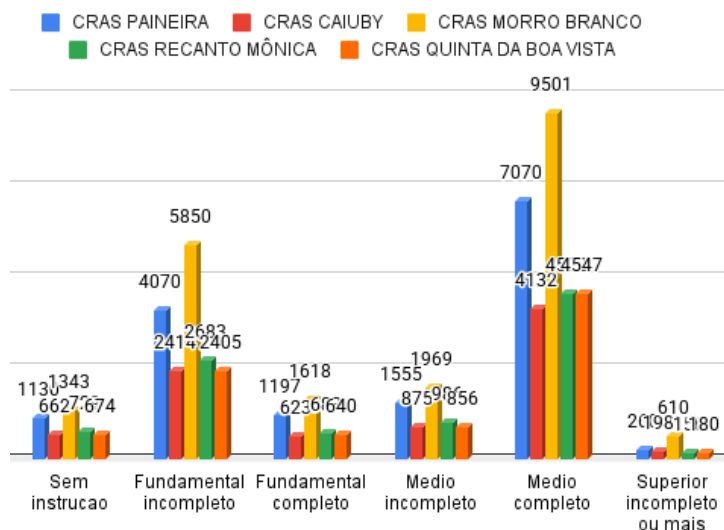
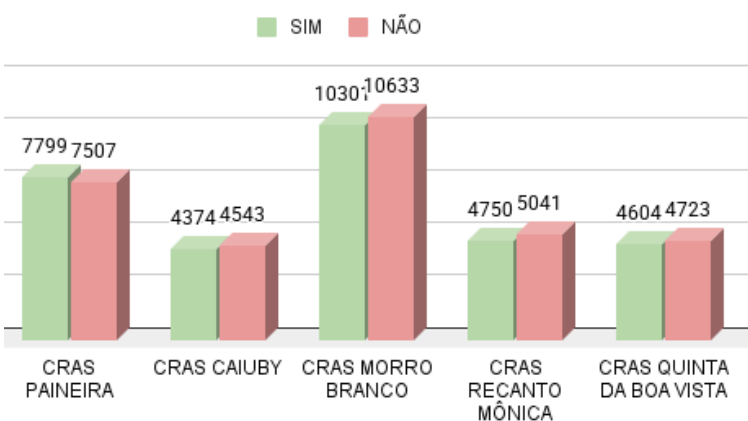
Esse cenário tensiona uma questão central: **por que mulheres em idade ativa, responsáveis pelo sustento familiar, seguem concentradas em condições de baixa renda?** A permanência de mulheres em idade economicamente ativa nas faixas de menor renda não está relacionada à ausência de trabalho, mas às condições em que essa inserção ocorre, frequentemente marcadas por vínculos precários, informalidade e baixa remuneração. Além disso, a responsabilização quase exclusiva pelo cuidado familiar limita o acesso a empregos mais estáveis e à qualificação profissional.

Esse cenário é agravado por fatores territoriais, como o acesso desigual a oportunidades e serviços. Assim, a baixa renda não decorre da ausência de trabalho, mas de uma combinação de desigualdades estruturais que posicionam essas mulheres em condições mais vulneráveis no mercado de trabalho e na organização da vida familiar.

ELAS NO TERRITÓRIO!

Entre as mulheres identificadas como Responsáveis Familiares, 36.821 declararam ter exercido trabalho remunerado nos últimos 12 meses, enquanto 43.815 informaram não ter realizado atividade remunerada no período. Os dados indicam que uma parcela significativa das famílias cadastradas tem como referência mulheres sem inserção recente no mercado de trabalho.

Trabalho Remunerado nos últimos 12 Meses?



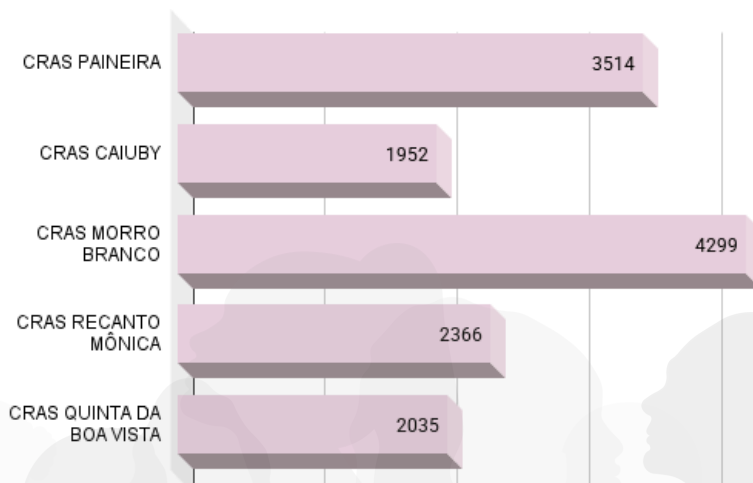
Quando observado o grau de instrução das mulheres com 18 anos ou mais, a maior concentração está entre aquelas com ensino médio completo (34.517) e fundamental incompleto (19.625). Em contrapartida, apenas 1.887 declararam possuir ensino superior incompleto ou mais, evidenciando limites no acesso a níveis mais elevados de escolaridade.

Entre as mulheres que declararam não ter exercido trabalho remunerado nos últimos 12 meses, 14.204 são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Esse conjunto de dados evidencia o papel da transferência de renda na sustentação dessas famílias, especialmente na ausência de renda formal. **Em muitos casos, o benefício se torna a principal fonte de subsistência.**

Os dados apontam desafios na inserção produtiva dessas mulheres, indicando a necessidade de estratégias que considerem não apenas a qualificação, mas também as responsabilidades de cuidado e o acesso a oportunidades no território.

Beneficiário do Programa Bolsa Família?



QUANDO A DESPROTEÇÃO SE EXPRESSA EM VIOLÊNCIA

A partir do perfil levantado, observa-se que as condições de baixa renda, associadas à centralidade das mulheres na responsabilidade familiar e à sobreposição de funções, configuram um contexto que potencializa situações de desproteção social no território.

Ao incorporar os dados de violência contra a mulher no município, observa-se que essas dimensões não apenas coexistem, mas se articulam. A dependência econômica, a fragilidade das redes de apoio e a responsabilização quase exclusiva pelo cuidado podem limitar as possibilidades de ruptura com situações de violência, ao mesmo tempo em que ampliam a demanda por proteção e acompanhamento.

Nesse sentido, **a violência contra a mulher se expressa como parte de um conjunto mais amplo de desigualdades, exigindo uma leitura integrada que considere as condições sociais, econômicas e territoriais que atravessam a vida dessas mulheres.**

TIPOS DE VIOLÊNCIA



Física

Qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal, como tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, e estrangulamento.



Psicológica

Conduta que causa dano emocional, diminui a autoestima, controla ações, crenças e decisões, incluindo isolamento, chantagem, ridicularização e perseguição.



Sexual

Ações que forçam a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada,



Moral

Conduta que configura calúnia (acusar falsamente de crime), difamação (ofender a reputação) ou injúria (xingamentos).

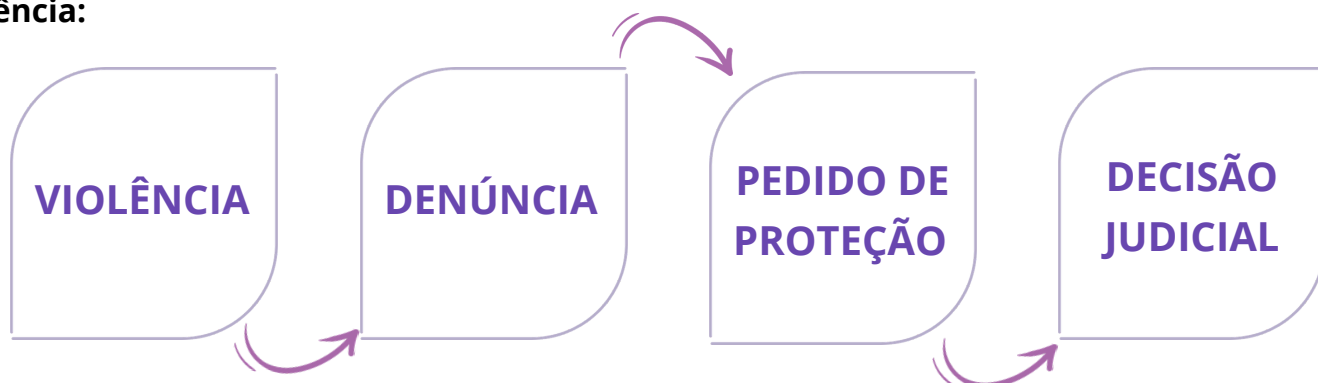


Patrimonial

Retenção, subtração ou destruição de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores ou recursos financeiros da mulher.

QUANDO A DESPROTEÇÃO SE EXPRESSA EM VIOLÊNCIA

Os dados municipais indicam que, em 2025, foram registradas 1.979 ocorrências na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), das quais 1.002 resultaram na concessão de medidas protetivas. O volume expressivo de registros evidencia a incidência da violência contra a mulher no município e a busca por proteção institucional. Ao relacionar esses dados com as informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), observa-se que, em 2025, foram analisadas 1.657 medidas protetivas, com 755 concessões e 272 negativas, além de um número significativo de medidas revogadas (560). **A diferença entre os dados não é um problema, ela revela o caminho da violência:**



E mostra que: nem todas as violências chegam ao Judiciário, nem todos os pedidos são concedidos e nem toda proteção garante a interrupção da violência. Em 2024, o volume foi semelhante, com 1.638 medidas analisadas e 733 concedidas, indicando estabilidade na demanda ao longo dos anos.

Ainda assim, a análise integrada aponta para um cenário de alta judicialização da violência contra a mulher, com volume significativo de solicitações de medidas protetivas e resposta relativamente ágil do sistema de justiça com tempo médio de concessão de até 3 dias.

Por outro lado, a ausência de dados territorializados e de classificação das ocorrências no âmbito municipal limita a compreensão mais aprofundada do fenômeno, dificultando a identificação de áreas prioritárias e de padrões de violência no território.

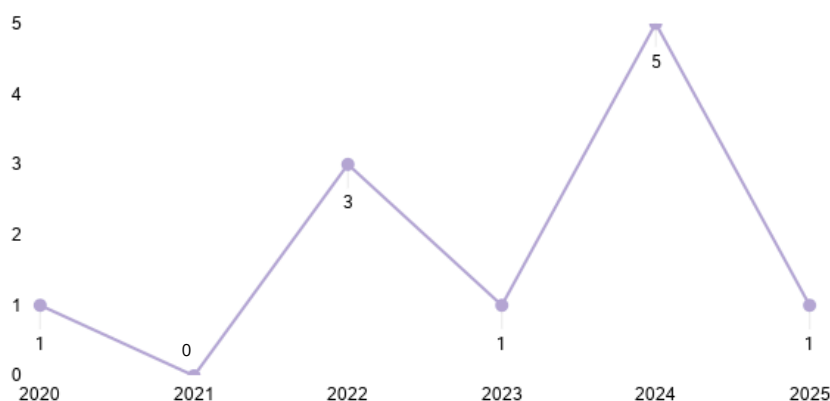
Nesse contexto, os dados reforçam a importância de qualificar os sistemas de informação e fortalecer a integração entre as políticas públicas, de modo a ampliar a capacidade de análise, planejamento e resposta frente à violência contra a mulher no município.

FEMINICÍDIO: A EXPRESSÃO EXTREMA DA VIOLÊNCIA

A série histórica dos casos novos de feminicídio no município revela um padrão marcado por oscilações, com períodos de baixa ocorrência intercalados por aumentos expressivos. Entre 2020 e 2023, os registros variam entre 0 e 3 casos anuais, indicando uma frequência aparentemente reduzida. No entanto, em 2024, observa-se uma ruptura nesse padrão, com o registro de 5 casos no ano, o maior número da série.

Esse aumento não pode ser interpretado apenas como uma variação pontual. Ele sugere um possível agravamento das situações de violência no território, indicando que casos mais extremos podem ter avançado sem interrupção prévia.

Série Histórica de Casos Novos de Feminicídio



Essa variação sugere que o feminicídio, embora não se apresente de forma contínua em altos volumes, mantém-se como um risco presente no território, com episódios de intensificação em determinados períodos. A ausência de linearidade na série reforça a complexidade do fenômeno, que não segue uma tendência de crescimento ou redução constante.

A elevação registrada em 2024 levanta questões importantes: em que medida esses casos já eram conhecidos pela rede de proteção? Houve acionamento prévio de serviços, como medidas protetivas ou acompanhamento socioassistencial? Esses questionamentos são fundamentais para compreender se o feminicídio tem ocorrido como desfecho de trajetórias já identificadas ou se ainda existem barreiras no acesso e na identificação dessas situações.

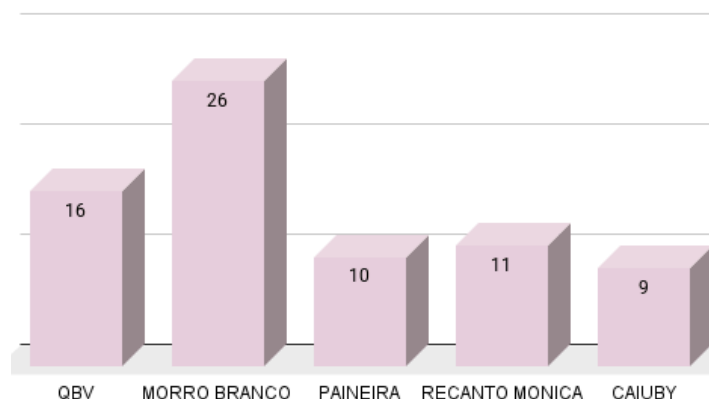
Além disso, o retorno a patamares mais baixos em 2025 não necessariamente indica redução da violência, mas pode refletir a própria natureza do fenômeno. Isso reforça que o feminicídio não pode ser analisado apenas pela quantidade de casos, mas pela sua gravidade e pela capacidade do sistema em atuar antes que essas situações evoluam para desfechos fatais.

Nesse contexto, o pico observado em 2024 se configura como um alerta para a rede, indicando a necessidade de monitoramento contínuo, análise integrada com outros indicadores de violência e fortalecimento das estratégias de prevenção no território.

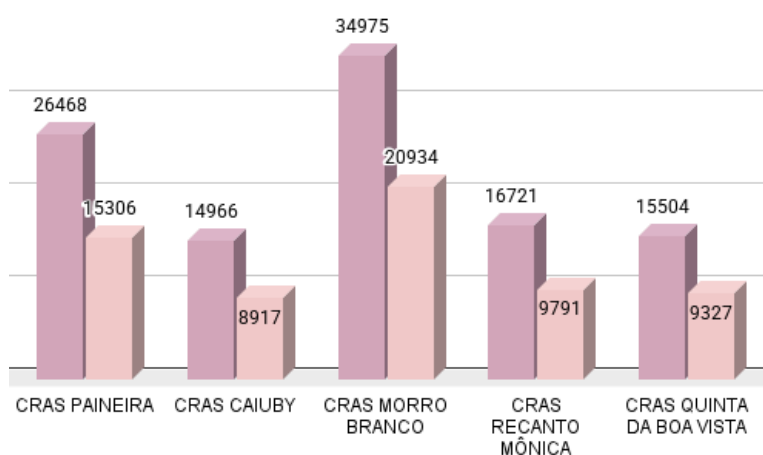
RESPOSTAS NO TERRITÓRIO

O Auxílio Aluguel destinado a mulheres em situação de violência doméstica configura-se como uma importante estratégia de resposta do município, viabilizada por meio de benefício da Secretaria de Assistência Social do Estado de São Paulo. Trata-se de um recurso que possibilita o afastamento do ambiente de violência e oferece condições mínimas de moradia e segurança para mulheres em processo de reorganização de suas vidas.

Até o momento, 72 mulheres acessaram o benefício no município, evidenciando a demanda por suporte habitacional como parte das estratégias de proteção. A distribuição territorial revela maior concentração de mulheres residentes em bairros referenciados pelo CRAS Morro Branco e pelo CRAS Quinta da Boa Vista. Esses números correspondem aos territórios de abrangência dos CRAS, indicando que as beneficiárias residem em bairros atendidos por essas unidades.



■ Total de Mulheres ■ Mulheres RF



Ao relacionar esses dados com o Cadastro Único, observa-se um ponto de atenção relevante: **o território do CRAS Quinta da Boa Vista, que apresenta um dos menores quantitativos de mulheres cadastradas (15.504 no total, sendo 9.327 responsáveis familiares), figura entre os locais com maior incidência do benefício.**

Esse contraste tensiona uma leitura simplificada da realidade, ao evidenciar que a ocorrência de situações de violência e a demanda por proteção não se distribuem de forma proporcional ao volume populacional, ao contrário, indicam que determinados territórios, mesmo com menor contingente de mulheres, podem concentrar dinâmicas mais intensas de risco e desproteção. Nesse contexto, a leitura territorial se mostra fundamental para compreender onde as situações de maior vulnerabilidade estão se concentrando e para orientar o planejamento de ações mais direcionadas no enfrentamento à violência contra a mulher no município.

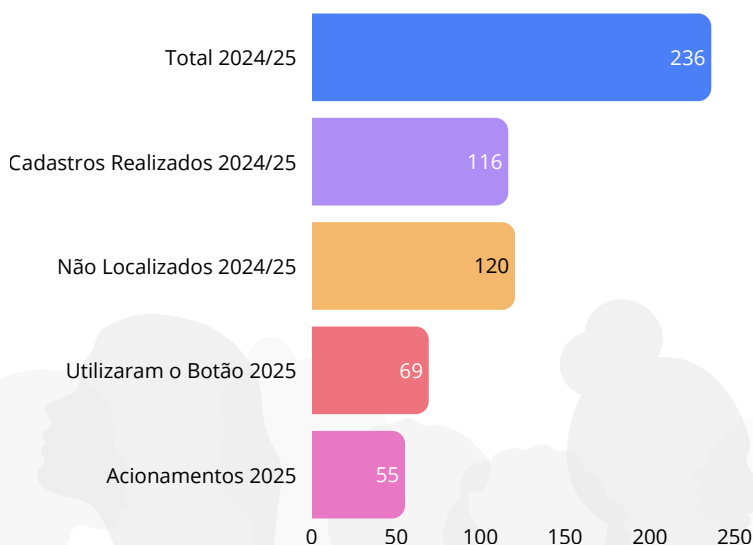
me populacional, ao contrário, indicam que determinados territórios, mesmo com menor contingente de mulheres, podem concentrar dinâmicas mais intensas de risco e desproteção. Nesse contexto, a leitura territorial se mostra fundamental para compreender onde as situações de maior vulnerabilidade estão se concentrando e para orientar o planejamento de ações mais direcionadas no enfrentamento à violência contra a mulher no município.

RESPOSTAS NO TERRITÓRIO

No enfrentamento à violência contra a mulher, a ampliação de instrumentos de proteção também tem incorporado recursos tecnológicos. No estado de São Paulo, **o aplicativo SP Mulher Segura reúne serviços voltados às mulheres em situação de risco**, como o registro online de boletim de ocorrência e o acionamento do chamado **Botão do Pânico**. A ferramenta já foi baixada por mais de 7,4 mil mulheres no estado, indicando sua crescente utilização como mecanismo de proteção. A funcionalidade é destinada especialmente a mulheres que possuem medida protetiva e permite, com um toque no celular, acionar imediatamente a Polícia Militar, enviando a localização da vítima para atendimento emergencial. A ferramenta integra as estratégias de fortalecimento da rede de proteção e busca garantir respostas mais rápidas em situações de ameaça ou descumprimento de medidas judiciais.



No município, desde a implantação do dispositivo em julho de 2024, foram realizados 116 cadastros do Botão do Pânico, cujos acionamentos são acompanhados pela Patrulha Maria da Penha. No entanto, chama atenção o número de 120 mulheres que não foram localizadas nos contatos informados. Em 2025, 69 mulheres adquiriram o dispositivo, com registro de 55 acionamentos ao longo do período.



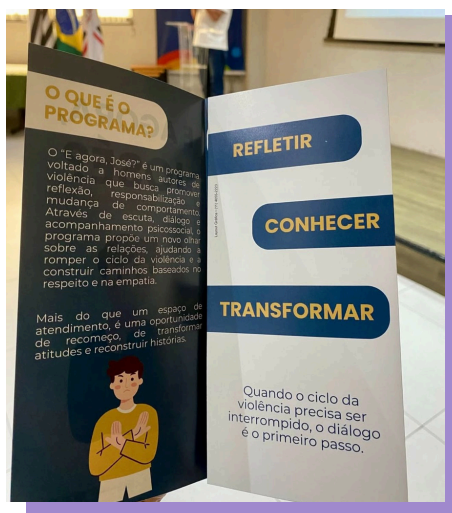
Os dados evidenciam o uso do recurso como medida de proteção, mas também apontam fragilidades no acompanhamento. O número de mulheres não localizadas supera o total de dispositivos ativos, indicando possíveis rupturas no vínculo com a rede. Essa dificuldade de contato pode refletir situações como mudanças de endereço, instabilidade nas condições de vida ou permanência em contextos de violência.

O cenário também sinaliza limites nas estratégias de monitoramento baseadas em telefone e endereço fixo, especialmente em territórios mais vulneráveis.

RESPOSTAS NO TERRITÓRIO

O programa **“E agora, José?”** foi implantado no município como uma estratégia voltada ao acompanhamento de homens autores de violência, com foco na responsabilização e prevenção de novos episódios.

Por se tratar de uma iniciativa recente, os dados ainda refletem o início da sua implementação. Em 2025 não houve atendimentos, considerando que o programa foi lançado ao final do ano. Já **em 2026, foram registrados 35 encaminhamentos, com 6 participações iniciais nos encontros.**



O cenário indica uma fase de estruturação do programa no território, com necessidade de consolidação dos fluxos de encaminhamento e fortalecimento da articulação com o sistema de justiça, especialmente no que se refere à participação dos homens indicados.

A iniciativa amplia o escopo das ações de enfrentamento à violência, ao incorporar estratégias voltadas também aos autores, com potencial de contribuir para a redução da reincidência e o fortalecimento das ações preventivas no município.



Em 2025, foram realizados 5 encaminhamentos para a Rede Acolhe, todos efetivados, sem registros de recusas ou não atendimento. A média de permanência das mulheres no serviço foi de 15 dias. A Rede Acolhe, desenvolvida em parceria com o Instituto Avon, constitui uma estratégia de proteção voltada a mulheres em situação de violência doméstica, especialmente em contextos de risco iminente. Os dados indicam que, nos casos em que houve necessidade de acolhimento, o acesso ao serviço ocorreu de forma efetiva. Ao mesmo tempo, o número reduzido de encaminhamentos reforça que se trata de uma medida excepcional, acionada quando as demais estratégias de proteção não são suficientes para garantir a segurança da mulher.

RESPOSTAS NO TERRITÓRIO



Em 2025, a Casa da Mulher realizou o atendimento de 1.259 mulheres em situação de violência. Atualmente, 249 mulheres permanecem em acompanhamento ativo no serviço.

O volume de atendimentos evidencia a demanda contínua por apoio e acompanhamento especializado no município. No entanto, a ausência de dados territorializados limita a análise mais detalhada sobre a distribuição dessas situações no território, dificultando a identificação de áreas com maior incidência e o direcionamento mais preciso das ações.

CANAIS DE DENÚNCIA

Disque Direitos Humanos

100

Central de Atendimento para Denúncias de Violência Contra a Mulher.

180

Polícia Militar

190



Secretária Mulher e Direitos Humanos e Cidadania

Rua Nemésio Cândido Gomes, 30 - Vila Zeferina - Itaquaquecetuba - SP



Telefone/ WhatsApp

(11) 4753-5291



CASA DA MULHER

Rua Guariri, 261 - Vila São Carlos - Itaquaquecetuba - SP



Telefone/ WhatsApp

(11) 97378-8568

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados ao longo desta edição revelam que a violência contra a mulher no município não pode ser analisada de forma isolada. Ela se relaciona diretamente com condições já evidenciadas, como a baixa renda, a dificuldade de acesso ao trabalho e a concentração de responsabilidades familiares nas mulheres.

Ao observar os atendimentos, as medidas protetivas, o uso de instrumentos como o Botão do Pânico e a necessidade de benefícios como o Auxílio Aluguel, surge uma questão central: **até que ponto as estratégias atuais têm sido suficientes para interromper esses ciclos de violência?**

Os dados também expõem limites importantes, como a dificuldade de acompanhamento de parte das mulheres e os desafios na adesão às ações voltadas aos autores de violência. Esses elementos indicam que a proteção não se esgota na oferta de serviços, mas depende da capacidade da rede em manter vínculo, garantir acesso e atuar de forma integrada no território.

Mais do que ampliar atendimentos, o cenário aponta para a necessidade de fortalecer respostas que enfrentem as causas estruturais da violência, articulando proteção, autonomia e responsabilização.

Diante disso, torna-se fundamental fortalecer:

- a produção e qualificação dos dados;
- a articulação entre os serviços da rede de proteção;
- o acompanhamento contínuo das situações de vulnerabilidade;
- e o desenvolvimento de ações que promovam autonomia, proteção e enfrentamento à violência contra a mulher.

FALE COM A VSA



socioassistencialv@gmail.com



[\(11\) 4647-0155 - Secretaria de Assistência Social](tel:(11)4647-0155)



[@semasitaqua](https://www.instagram.com/semasitaqua)